

XVI SEUR

DOM PEDRITO – RS: FRONTEIRA IBERO-AMERICANA PELO TRATADO DE MADRI (1750)

**Alberto Yates Moroni, UFSM,
albertoyatesmoroni@yahoo.com.br**

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as heranças deixadas pelo Tratado de Madri (1750) no atual território municipal de Dom Pedrito - RS. Mais especificamente, tratou-se de a linha demarcatória entre as duas coroas ibéricas, Portugal e Espanha, passou pela região de Bagé e Dom Pedrito, e suas consequências para a ocupação desse espaço. Dessa forma, através de uma análise bibliográfica teórica e do método dialético Regressivo – Progressivo de Lefebvre (1999), busca-se responder a esses objetivos. As referências analisadas mostraram que a fronteira entre Portugal e Espanha no Rio Grande do Sul passou pela região de Bagé. No entanto, a partir da definição das nascentes do rio Santa Maria, houve divergência entre os demarcadores ibéricos. Essa questão não foi resolvida pelas cortes na Europa, o que, somado a outras questões diplomáticas, ocasionou na revogação do Tratado de Madri em 1761.

Palavras-chave: Dom Pedrito; Tratado de Madri; Geografia Histórica; Geografia Histórica do Rio Grande do Sul.

1. INTRODUÇÃO

No contexto da disputa pelo estuário do Prata, esse artigo pretende abranger os aspectos políticos e históricos na demarcação do Tratado de Madri (1750) em território pedritense, dentro do método dialético.

Procurou-se uma interpretação mais específica do tratado, em autores locais, como BENTO (2001), COSTA, (2004), LEITE (1997), LOPES (1972), e NOGUEIRA (2015).

Dessa forma, tentou-se esclarecer se a linha demarcatória do Tratado de Madri realmente cruzava o território pedritense.

Sendo assim, o presente artigo mostra-se importante ao analisar a construção do espaço territorial do estado do Rio Grande do Sul, especialmente no caso de Dom Pedrito, dentro de uma lógica de acumulação capitalista e geopolítica pelo controle do Prata.

2. METODOLOGIA

O levantamento bibliográfico em si foi feito em historiadores locais e regionais. Aliado a isso, utilizou-se o método Regressivo-Progressivo de Lefebvre (1999).

O método dialético, utilizado neste trabalho, parte do concreto e procura abarcar a totalidade do fenômeno estudado em toda sua complexidade. Assim, é importante ressaltar o método dialético de Lefebvre denominado de Regressivo-Progressivo, no qual, o estudo do objeto necessita da análise do presente, buscando fatos na história que o configuram.

Este método dialético torna-se aplicável à Geografia Histórica. Sendo assim, o método dialético desenvolvido por Lefebvre busca estudar o objeto a partir da análise do presente, e a partir daí busca-se fatos na história que expliquem a formação de tal fato. E é nessa interpretação do passado histórico que se explica a ocupação na região do Prata.

3. O TRATADO DE MADRI E A FRONTEIRA

O século XVIII despontava nos territórios ibéricos na América com o descumprimento mútuo do Tratado de Tordesilhas (1494). Aos poucos, Portugal e Espanha, foram assinando tratados visando a legalização do *uti possidetis* na América do Sul.

O Tratado de Utrecht (1715) foi a primeira tentativa. Para Garcia (2010, p. 120) a primeira tentativa das coroas em achar um tratado de paz definitivo para as beligerâncias no Prata foi o Primeiro Tratado de Paris (1737). Para este autor, foi nesse momento que iniciaram as longas tratativas que culminaram na assinatura do Tratado de Madri, em 1750.

Fruto de longas tratativas diplomáticas entre Portugal e Espanha, o Tratado de Madri foi finalmente assinado em 16 de Janeiro de 1750. Estabeleceu-se a configuração de duas “partidas”, que iniciariam o trabalho de demarcação fronteiriça. Uma delas seria encaminhada para o norte do Brasil, e a outra, para o Sul.

A do Sul seria chefiada pelo general Gomes Freire de Andrada (a serviço de Portugal) e pelo marquês de Valdelírios (pela Espanha).

A linha demarcatória da fronteira deveria iniciar-se na enseada de Castillos Grande (atual Uruguai) e seguindo o curso dos rios e serras divisoras de água, até a foz do rio Amazonas.

A primeira partida (organizada para o sul do Brasil, constituída para operar até o rio Ibicuí) foi dividida em duas: uma portuguesa e outra espanhola.

No entanto, os índios missioneiros da redução de São Miguel barraram o avanço das demarcações em 27/02/1753, nos campos próximos ao atual forte Santa Tecla, em Bagé.

Diante da não-autorização de guerrear, as partidas recuaram. Os portugueses voltaram para Colônia do Sacramento e os espanhóis a Buenos Aires.

O ano de 1755 foi dedicado à reorganização dos exércitos ibéricos. Para Golin (2015, p. 79), foi Gomes Freire, então governador do Rio Grande do Sul, quem “ordenou a junção das tropas nas cabeceiras do rio Negro, para unidas, irem evacuar os Sete Povos”.

A 21 de Janeiro de 1756 os dois exércitos chegam ao povoado de Santa Tecla, e apenas encontram a capela de pau-a-pique queimada, junto com alguns ranchos (QUEVEDO, 1997, p. 90). A partir desse dia as escaramuças com os indígenas torna-se corriqueira, junto com a impossibilidade de traçar no terreno a fronteira ibérica.

Somente em 1759 os demarcadores retomam seus trabalhos, a partir de Santa Tecla. Esta demarcação no terreno iria continuar até 1760. No entanto, os pontos de divergências entre os demarcadores foram inúmeros, o que provocou a estagnação das demarcações e o completo insucesso da empreitada.

4. A DEMARCAÇÃO DO TRATADO DE MADRI NAS TERRAS PEDRITENSES

No contexto geopolítico platino, o atual município de Dom Pedrito teve suas terras divididas e demarcadas pelas potências ibéricas, tendo papel de destaque na demarcação do Tratado de Madri.

Os demarcadores do Tratado de Madri, espanhóis e portugueses, passaram por solo pedritense. Foram eles que assinalaram em 1756, na atual cidade, um posto de estância Jesuítica, denominada Santa Ana (BENTO, 2001, p. 1).

O artigo IV do Tratado de Madri fala que a linha fronteira deveria ser desde Castilhos Grande até a nascente principal do rio Negro (em Hulha Negra) traçada pelo ponto mais alto dos montes. A seguir, o artigo fala que por cima dos montes há de continuar a linha desde a nascente do rio Negro até a origem principal do rio Ibicuí.

Para os Portugueses, a origem principal do rio Ibicuí seria o rio Santa Maria, que nasce no distrito pedritense de Torquato Severo, e que hoje é o principal afluente da margem esquerda do Ibicuí. O rio Ibicuí Mirim, que nasce em Mata, é o principal afluente da margem direita do Ibicuí.

Os espanhóis interpretaram que a origem principal do rio Ibicuí seria o próprio rio Ibicuí, em Cacequi, ao norte de Dom Pedrito, que se origina da junção do Ibicuí Mirim com o Santa Maria.

O ponto de maior divergência entre os demarcadores das duas potências foi justamente a área entre a nascente do rio Negro e a nascente do rio Ibicuí. Foi essa a discussão que ganha corpo em fins de 1758.

Golin (2011, p. 13) afirma que havia divergência entre os comissários sobre a origem do rio Ibicuí. Os portugueses adotaram a tese de que suas cabeceiras (nascentes) eram formadas pelo atual rio Santa Maria, que a chamavam de Ibicuí Guazu (ou Ibicui Antigo), cuja origem estava no Piriti. Os espanhóis identificavam o Jaguary Guazu (ou Taquarembó). O Mapa das Cortes e os Jesuítas apontavam as nascentes do Ibicui como sendo o Ibicui Mirim. Outros defendiam sua origem no Toropi.

O trabalho de campo terminou em 1759, sem a resolução da dúvida. A decisão caberia às cortes. O tratado foi revogado em 1761, sem essa solução.

A totalidade dos mapas históricos pesquisados, apontam a fronteira entre Portugal e Espanha pelo Tratado de Madri nessa área divergente entre as nascentes do rio Negro (Hulha Negra) e a principal vertente do rio Ibicuí (Cacequi) como sendo o atual rio Santa Maria (que nasce de vários cursos de água menores no distrito pedritense de Torquato Severo).

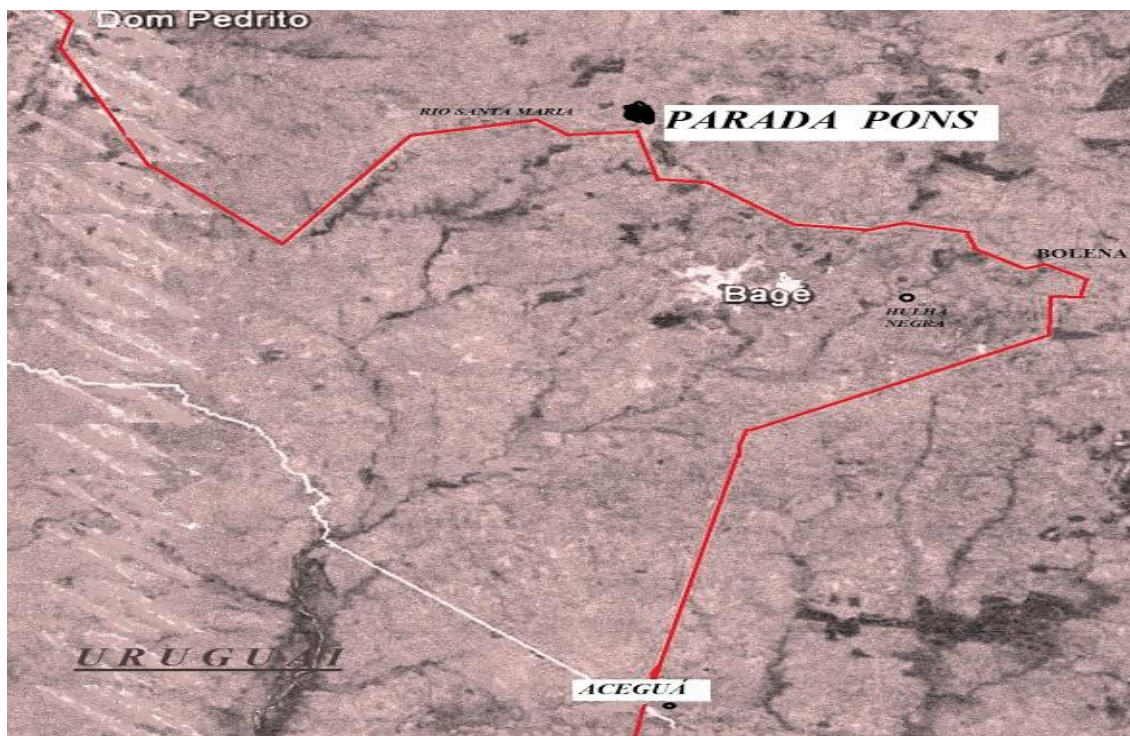
Garcia (2010, p. 160), Costa (2004, p. 62, 82 e 100); Bento (2001, p. 12), Muradás (2008, p. 204) e Nogueira (2015) demonstram que o rio Santa Maria era a fronteira entre Portugal e Espanha em mapas e cartas.

Para Nogueira (2015), a fronteira

Tinha seu início no litoral Atlântico, na Barra Del Castilho Grande (hoje Praia da Valizas no Uruguai). Deste ponto seguia em direção ao Marco De Los Reis (próximo a Cidade de Minas no Uruguai). Deste ponto seguia pela Coxilha Grande, passando por Aceguá chegava às Nascentes do Rio Negro na localidade hoje conhecida como Bolena. Da Bolena seguia rumo ao oeste, pela coxilha passava nas proximidades do futuro Forte de Santa Tecla e ia até a última vertente do Rio Negro, que hoje é o Arroio Pirahy. Desta vertente seguia até a mais forte e próxima vertente do Rio Ibicuí, que atualmente é o Arroio Santa Maria que nasce nas proximidades da Parada Pons. Seguia águas abaixo pelo dito Santa Maria até sua confluência com o Ibicuí. Pelo Ibicuí chegava ao Rio Uruguai.

Com base na Figura 1, notamos ainda que o autor traça a linha a partir da Parada Pons (atual Estância dos Pons), às margens da RS-473 (Bagé-Lavras do Sul) e paralela ao eixo ferroviário Bagé-Cacequi. Essa antiga estação situa-se a cerca de 10 km da Vila de Torquato Severo, nas nascentes do Arroio Cunhataí (afluente da margem esquerda do rio Santa Maria).

FIGURA 1 – LINHA DEMARCATÓRIA DO TRATADO DE MADRI NA REGIÃO DE BAGÉ, RS



FONTE: Nogueira, 2015.

Fica claro, portanto, que Nogueira não atribui às nascentes do rio Santa Maria em Torquato Severo, como fronteira do Tratado de Madri, mas sim ao seu afluente, o Arroio Cunhataí, que nasce nas proximidades da Parada Pons.

Por outro lado, há quem acredita que a linha divisória passava em Dom Pedrito, mas não no rio Santa Maria. É o caso de Leite (1997, p. 30) que atribui a linha demarcatória à Coxilha de São Sebastião (distrito de Torquato Severo).

Para Leite (1997, p. 17) a linha demarcatória pelo Tratado de Madri passava pela Coxilha Grande e tocava um ponto onde depois veio a nascer a futura Vila de São Sebastião (Torquato Severo). Para ele, os demarcadores do Tratado de Madri passam pela Vila de São Sebastião em 27/01/1756 (LEITE, 1997, p. 30).

Sendo assim, essa teoria teria êxito se analisarmos que o município de Bagé está a 210 metros de altitude, o distrito de Torquato Severo a 395 metros e Caçapava do Sul a mais de 500 metros; o que excluiria o rio Santa Maria e a sede de Dom Pedrito (138 metros).

De qualquer modo, as três linhas demarcatórias aqui analisadas levam em conta o traçado da fronteira entre Espanha e Portugal pelo Tratado de Madri (1750) passando pelo atual território de Dom Pedrito, seja pelas suas serras a leste, ou pelo rio Santa Maria, que corta seu território ao centro.

Dessa forma, confirma-se a hipótese de que o território pedritense era a linha divisória pelo Tratado de Madri, restando apenas delinear essa fronteira em uma escala apropriada. Dificulta, portanto, essa ação, pelo fato de que este trecho da primeira partida demarcatória, entre as nascentes do rio Negro e a vertente principal do rio Ibicuí ter sido alvo de divergências, e por conta disso, nunca ter sido erguido um marco divisório no terreno.

Por fim, devido a essas divergências em território pedritense, devido à não entrega dos Sete Povos das Missões pela Espanha a Portugal e da Colônia do Sacramento por Portugal à Espanha, e do retorno quase incontrolável de indígenas missioneiros ao território gaúcho, o Tratado de Madri não foi inteiramente aplicado.

Por esse motivo, as duas metrópoles resolvem anular o Tratado de Madri em 12 de fevereiro de 1761, por intermédio do Acordo de El Pardo. O Rio Grande do Sul e o Uruguai voltariam a ser terra de ninguém e a prática do contrabando e das guerrilhas voltaria a ser cotidiana.

CONCLUSÃO

O espaço em questão, o município de Dom Pedrito, foi um ponto-chave nas demarcações dos vários tratados ibéricos que vigoraram no século XVIII.

Mesmo que o tratado fosse anulado onze anos após a sua assinatura, ele teve boas consequências para o futuro território brasileiro. Primeiro, porque justamente definiu as atuais fronteiras nacionais. Segundo, porque deu margem à ocupação portuguesa além da linha de Tordesilhas, pontapé inicial de várias povoações e vilas que surgiram a partir daí.

Nesse contexto de disputa econômica pela posse da região do Prata, o futuro território do município de Dom Pedrito apresenta-se como parte integrante. O rio Santa Maria, que banha a zona urbana, foi para vários autores pesquisados, a linha demarcatória do tratado, mesmo que houvesse, à época da demarcação algumas divergências sobre a sua exata localização.

Desta forma este artigo procurou reconhecer e esclarecer a importância do município que está na campanha gaúcha, enquanto fruto da história e ocupação inicial de seu território pelas nações ibéricas.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cláudio Moreira. **Contribuição à história de Dom Pedrito**. Dom Pedrito: [s. n.], 2001.

COSTA, Elmar Bonés da.; FONSECA, Ricardo; SCHMITT, Ricardo. **História ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. **Fronteira iluminada: História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

GOLIN, Tau. A Província Jesuítica do Paraguai, a Guerra Guaranítica e a destruição do espaço jesuítico-missioneiro. In RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. (Org.) **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre/Chapecó: Letra & Vida/UFFS, 2015. p. 73-91.

GOLIN, Tau. **Cartografia da Guerra Guaranítica**. 4º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, 10 a 13 de maio de 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, João Francisco Trein. **Coxilha de São Sebastião**. Bagé, EdURCamp, 1997.

LOPES, José Antonio de Vargas Dias. **A cidade de Dom Pedrito**. Porto Alegre: Globo, 1972.

MURADÁS, Jones. **A geopolítica e a formação territorial do sul do Brasil**. 2008. 328 p. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008.

NOGUEIRA, Nerci. **As fronteiras de Bagé**. Postado em 20 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://nosprimordiosdebage.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 8 de julho de 2019.

QUEVEDO, Julio.; TAMANQUEVIS, José C. **Rio Grande do Sul: Aspectos da História**. 5 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.